



O TRATAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS: Um estudo de caso nas escolas do ensino fundamental da cidade de Uruçuí-PI

Gilvan Gomes de Abreu¹, Miguel Antônio Rodrigues²

1. Pós-graduando em Ciências ambientais no Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – Campus Uruçuí (marodriguespi@hotmail.com);
2. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – campus Uruçuí.Brasil.

Recebido em: 06/05/2013 – Aprovado em: 17/06/2013 – Publicado em: 01/07/2013

RESUMO

A Educação Ambiental (EA) vem se formalizando no ambiente Escolar nas últimas décadas, sobretudo devido à quantidade de Leis e Decretos que apontam a necessidade de tal formalização, resultado de muitos movimentos em nível mundial que buscam a disseminação da preocupação com as questões que refletem direta ou indiretamente na natureza. Nesta perspectiva o objetivo deste trabalho é mostrar um panorama atual das diferenças no tratamento de questões ambientais por escolas públicas e privadas. Nesse sentido, observou-se as ações e perspectivas de cada Instituição que buscam possibilitar uma visão e conscientização amplas da Comunidade Escolar acerca das atividades que podem minimizar os impactos ambientais e contribuir para o desenvolvimento sustentável. A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudos de casos em Escolas Públicas e Privadas do Município de Uruçuí-PI, concretizada através da aplicação de questionários aos gestores responsáveis por cada instituição em estudo. Percebeu-se que as escolas apresentam níveis consideráveis de preocupação e ações voltadas para a preservação do meio ambiente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente.

TREATMENT OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS: A case study in the elementary schools of the city Uruçuí-PI

ABSTRACT

The Environmental Education (EE) has been formalized in the School environment in recent decades, mainly due to the amount of Laws and Decrees that indicate the need for such formalization, the result of many movements worldwide who seek to spread the concern with issues that reflect direct or indirect in nature. This perspective, the objective of this work is to show a panorama of the differences in the treatment of environmental issues for public and private schools. Accordingly, we observed the actions and perspectives of each institution seeking to enable a broad

vision and awareness of the school community about the activities that can minimize environmental impacts and contribute towards sustainable development. The survey was developed through case studies in Public and Private Schools Municipality Uruçuí-PI, achieved through the application of questionnaires to managers responsible for each institution under study. It was noticed that the schools have considerable levels of concern and actions to preserve the environment.

KEYWORDS: Environmental Education, Sustainable Development, Environment.

INTRODUÇÃO

“O relacionamento da humanidade com a natureza, que teve início com um mínimo de interferência nos ecossistemas, tem hoje culminado numa forte pressão exercida sobre os recursos naturais” (MOREIRA et al., 2009). Com o aumento da população global aumenta também a demanda por alimentos, necessitando de maior produção. “O modelo de desenvolvimento atual, excludente e esgotante dos recursos naturais, tem levado à produção de níveis alarmantes de poluição do solo, ar, água, destruição da biodiversidade animal e vegetal e ao rápido esgotamento das reservas do globo” (MARCATTO, 2002). Segundo LOUREIRO et al., (2009) “o ambiente define-se contraditoriamente, pois, em uma sociedade de classes, a existência de certos benefícios para uns requer a privação dos mesmos para outros. Portanto é fundamental que a educação escolar, contemple nas disciplinas a Educação Ambiental (EA).

“Nos últimos séculos, um modelo de civilização se impôs, alicerçado na industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, a mecanização da agricultura, o uso intenso de agrotóxicos e a concentração populacional nas cidades.” (BRASIL, 1997). Para o enfrentamento desses problemas e mudar a ética herdada é fundamental a integração de saberes que leve a Educação Ambiental para além da conservação da natureza, mas que possa reconhecer que é essencial o racionamento e a reutilização dos recursos de forma sustentável e que as pessoas consigam reconhecer que os recursos naturais são finitos.

Um documento de grande importância na Educação Ambiental é a Carta de Belgrado que “sinaliza de forma lúcida uma educação ambiental para o efetivo exercício da cidadania” (ECHEVERRÍA et al., 2009). Nesse contexto é relevante destacar o pensamento dos autores a seguir

A Carta de Belgrado dispõe sobre a conscientização, o conhecimento, o comportamento, a competência, a capacidade de avaliação e a participação como princípios a serem exercidos na busca da erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição e da dominação e exploração humana para a construção de uma nova ética global.

A Educação Ambiental surge no mundo por meio de uma diversidade de órgãos internacionais e para o Brasil é vista como um campo complexo, que vem se firmando por meio de pressões de organismos internacionais sobre o governo e por iniciativas próprias de escolas e educadores.

No ano de 1988, a Constituição da República do Brasil dedicou o Capítulo VI, ao Meio Ambiente e no Art. 225, inciso VI (BRASIL, 1988), determina “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. A EA deve ser instituída de forma interdisciplinar no

currículo das escolas. Dessa forma a abordagem da temática ambiental tem que envolver todas as disciplinas das escolas públicas e privadas no sentido de promover a integração dos diversos campos do conhecimento com o meio ambiente na didática dos docentes:

A Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento de hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito à natureza, a partir do cotidiano de vida da escola e da sociedade. Atualmente o papel da escola remota à construção de uma sociedade democrática e, para isso, deve capacitar os indivíduos, por meio de postura crítica, dialética e de conteúdo relacionado diretamente à realidade, para a formação de processos que promova a conscientização. (LOUREIRO et al, 2009).

As escolas são espaços privilegiados de estudos e de troca de conhecimentos entre professores, alunos e a comunidade. E a Lei nº. 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 3º, inciso II, determina “às instituições educativas, promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem”. Diante do exposto é fundamental que as questões que afetam a vida humana e de outros seres, sejam tratadas dentro das escolas, tomadas como consciência e praticada na vida cotidiana. A educação capacita os cidadãos para lidar com as questões que evoluem o dia a dia, possibilitando a aquisição de novos valores, habilidades, sociabilidade com os problemas de âmbito local e global, através de uma visão sistêmica, tornando-se mais conscientes do seu papel no mundo (IBGE, 2010).

A EA deve estar presente de maneira formal e não-formal na prática escolar, assim como está previsto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 2º que cita, “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. O conhecimento formal está relacionado a “atributos necessários para a formação de cidadãos capazes de atuar social, econômica e politicamente, no sentido de promover uma sociedade mais justa e sustentável em seus diferentes níveis”(IBGE, 2010). Esta pesquisa está centrada no ensino formal das escolas do ensino fundamental da cidade de Uruçuí-PI.

Nesta perspectiva, os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), sugerem que nos espaços escolares é fundamental, na sua abordagem, considerar os aspectos físicos, biológicos e, principalmente, o modo de interação do ser humano com a natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia, e que o meio ambiente seja tema de cunho transversal que leve em consideração as peculiaridades de cada região e que a educação possa atuar no processo de formação da cidadania. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), no Art. 1º, relata:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (BRASIL, 1996)

A educação é o processo na formação do cidadão que pode transformar conceitos, sendo a escola o ambiente social e o local onde o professor tem a oportunidade de dar sequência ao processo de aprendizagem dos alunos na fixação de suas convicções no convívio com a sociedade e na percepção do certo e do

errado em relação ao meio ambiente. É importante relatar que a educação por si só não é condição suficiente para mudar os rumos crescentes de degradação dos recursos naturais, mas é um importante e necessário caminho.

A Educação Ambiental constitui-se em um importante caminho na educação escolar, como meio para conscientizar e superar os efeitos do uso indiscriminados dos recursos naturais no planeta. Assim os desafios são: “atuar criticamente na superação das relações sociais vigentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológicas” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores e de expropriação que caracterizam a contemporaneidade” (LOUREIRO & CUNHA, 2008). Sendo fundamental considerar a sociedade, as instituições, as organizações e todos os grupos de diferentes classes no processo de conscientização ambiental.

Neste sentido os representantes eleitos pelo processo de gestão democrática são importantes atores na formulação de políticas. “E, mais, é por tais meios que se define a destinação dos recursos públicos e o sentido das políticas de Estado com efeitos diretos sobre as múltiplas dimensões da vida em sociedade” (LOUREIRO & CUNHA, 2008), nesta perspectiva a educação formal constitui uma prática social inserida no cotidiano das escolas, sendo que os educadores ambientais preocupados com a situação procuram disseminar constantemente essa discussão em sua prática pedagógica (GUIMARÃES et al., 2009).

Os avanços da EA é um importante meio para frear as irracionalidades praticadas com o meio ambiente e representam progresso nos esforços de escolas, sociedade e governo no sentido de melhorar a qualidade de vida no planeta. Com o passar dos anos a tendência é a população aumentar e, conseqüentemente, o consumo e a geração de resíduos sólidos, devido a maior demanda por alimentos e utensílios domésticos. É importante que a educação contemple no ambiente escolar a necessidade de conscientizar alunos e sociedade para a reutilização e o reaproveitamento dos resíduos sólidos. Sendo assim, esse estudo buscou responder a questionamentos como: quais são as diferenças no tratamento das questões ambientais pelas escolas públicas e privadas na didática da educação ambiental? Nesta perspectiva o objetivo deste trabalho é mostrar um panorama atual das diferenças no tratamento de questões ambientais por escolas públicas e privadas da cidade de Uruçuí-Pi.

MATERIAL E METODOS

A pesquisa foi realizada na cidade de Uruçuí-PI, com população de 20.149 habitantes e área de 8.412km², cidade inserida no Bioma Cerrado, localizada a uma latitude 07°13'46" sul, longitude 44°33'22" oeste e altitude de 167 metros. A cidade fica as margens do rio Parnaíba que divide os estados do Piauí e Maranhão e distância de 453 km da capital Teresina (IBGE, 2010). A pesquisa foi realizada no período de agosto de 2012 a dezembro do mesmo ano.

Inicialmente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema Educação Ambiental, foram estudadas várias obras referentes ao meio ambiente para um melhor direcionamento dos avanços e desafios da EA, entre essas obras estão inclusas a Constituição Federal, a Lei 9.795 de 1999, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs.

Após a escolha das escolas, o levantamento dos dados foi realizado através de um questionário com oito perguntas fechadas e abertas, aplicado aos Diretores ou aos Coordenadores Pedagógicos das escolas. Na esfera pública, a

pesquisa foi feita em 4(quatro) escolas e no setor privado, em 3 (três). Em cada escola, dois Gestores (diretor e um coordenador) responderam ao questionário em conjunto. Sendo assim, as respostas de cada unidade não se diferenciaram, tendo em vista que eram baseadas no Regimento interno da Instituição. Todos os 14 (quatorze) entrevistados assinaram um *Termo de Livre Consentimento*, documento normalmente utilizado em pesquisas com pessoas. A partir da coleta de dados e tabulação do questionário, os dados foram quantificados em gráficos e tratados qualitativamente para verificar as diferenças entre as duas modalidades de ensino. Para cada pergunta foi criado um gráfico comparando as respostas obtidas, assim “o método comparativo procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vista a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 1989).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados que seguem são resultados de aplicação de questionários aos Gestores das Escolas Públicas e Privadas do Município de Uruçuí, onde apontam formas de abordagem da temática ambiental no interior das Instituições de ensino.

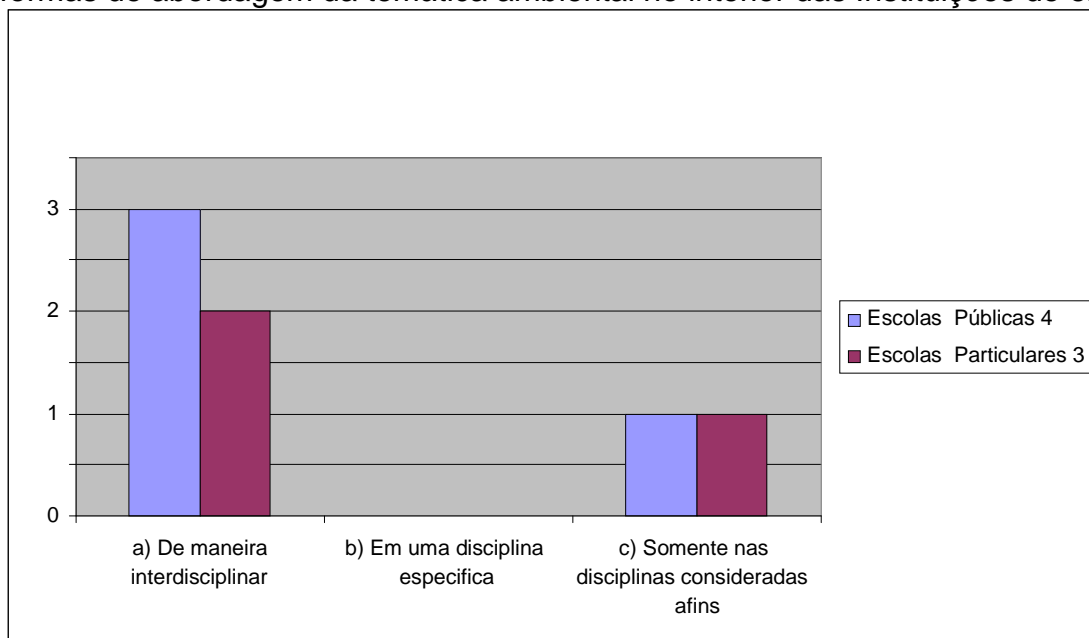


FIGURA 1: De que forma é abordada a Educação Ambiental na escola em suas modalidades de ensino?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

A maioria das Escolas Públicas pesquisadas (três) abordam a EA de forma interdisciplinar. Nesses casos, tal definição, segundo relatos dos gestores, está formalizada no Regimento Interno da Instituição. E somente uma Escola aponta a abordagem da EA apenas nas disciplinas consideradas afins, como biologia, geografia, física e química. Já das escolas privadas, duas abordam a EA de forma interdisciplinar e uma escola somente nas disciplinas consideradas afins. Comparando os resultados das escolas públicas com as privadas, percebe-se que existe pouca diferença para este questionamento na abordagem da EA em suas modalidades de ensino.

Considerando que a EA é um componente da educação nacional, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, Art. 3º, inciso II determina: “às instituições educativas,

promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem” (BRASIL, 1999) e os PCNs, sugerem que o meio ambiente seja tema de cunho transversal que leve em consideração as peculiaridades de cada região e que a educação possa atuar no processo de formação da cidadania.

A EA é de extrema importância na educação escolar, pois é o caminho para uma nova percepção dos problemas ambientais. Uma nova visão permitirá a superação do tradicional e dará subsídio para uma nova interpretação da realidade. Para que isso ocorra é necessário a integração dos saberes, pois a natureza é o ambiente natural da vida de diversos seres.

Assim, “a escola pode transformar-se no espaço em que o aluno terá condições de analisar a natureza em um contexto entrelaçado de práticas sociais, parte componente de uma realidade mais complexa e multifacetada” (JACOBI, 2003). Contudo a interação dos saberes pode despertar no educando a crítica, a busca por novas descobertas e a vontade de transformar a atual realidade, pois a percepção dos diversos fenômenos considerados anormais precisa da contribuição dos mais variados setores do conhecimento.

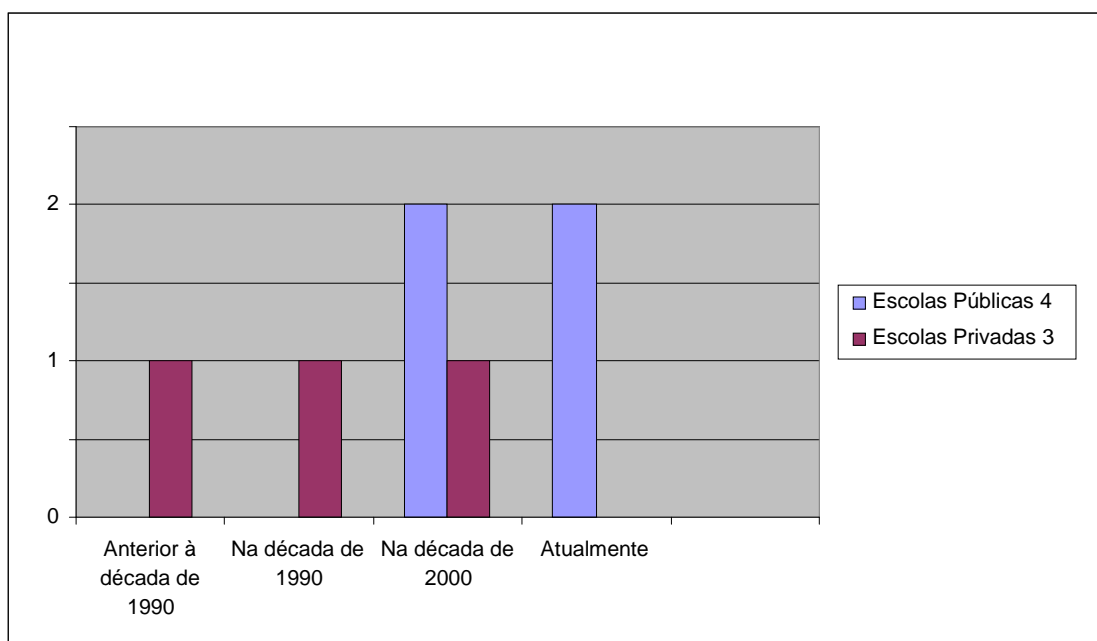


FIGURA 2: Há quanto tempo a escola desenvolve a Educação Ambiental?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Nesse aspecto, houve uma diferença entre as escolas privadas, sendo que cada uma iniciou a prática de EA em décadas diferentes: uma em períodos anteriores à década de 90, outra durante a década de 90 e a outra somente a partir de 2000. Já as escolas públicas apresentaram um atraso em relação à maioria das escolas privadas, sendo que duas delas iniciaram o desenvolvimento da EA na década de 2000, e as outras duas escolas em estudo iniciaram tal prática em 2013. Esse fato mostra um avanço das escolas particulares em relação às públicas, haja vista a diferença de mais de 20 anos no início da prática de EA.

Os debates relacionados à EA adquirem caráter público no cenário brasileiro a partir da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, com a atuação de organizações ambientalistas, por movimentos sociais e o aumento

da produção acadêmica. Sua importância para o debate educacional se explicita na obrigatoriedade constitucional, em 1988, no Programa Nacional de Educação Ambiental, nos Parâmetros Curriculares Nacionais, lançados oficialmente em 1997, e com a Lei Federal da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA (Lei n. 9.795/1999) (LOUREIRO et al., 2008).

A EA no Brasil se caracteriza com grau de estruturação intensa e “nas últimas três décadas, procura materializar ações distintas e por vezes antagônicas, almejando alcançar patamares societários distintos do atual por meio de caminhos vistos como sustentáveis, requalificando a compreensão e o modo de nos relacionarmos na natureza” (LOUREIRO et al., 2008). A EA ainda é tida como prática recente e com grau de interdisciplinaridade diversificado, dessa forma se torna recorrente salientar que as escolas podem enfrentar dificuldades em materializar os caminhos da compreensão do homem no relacionamento com a natureza de forma racional na implantação da prática docente das Escolas.

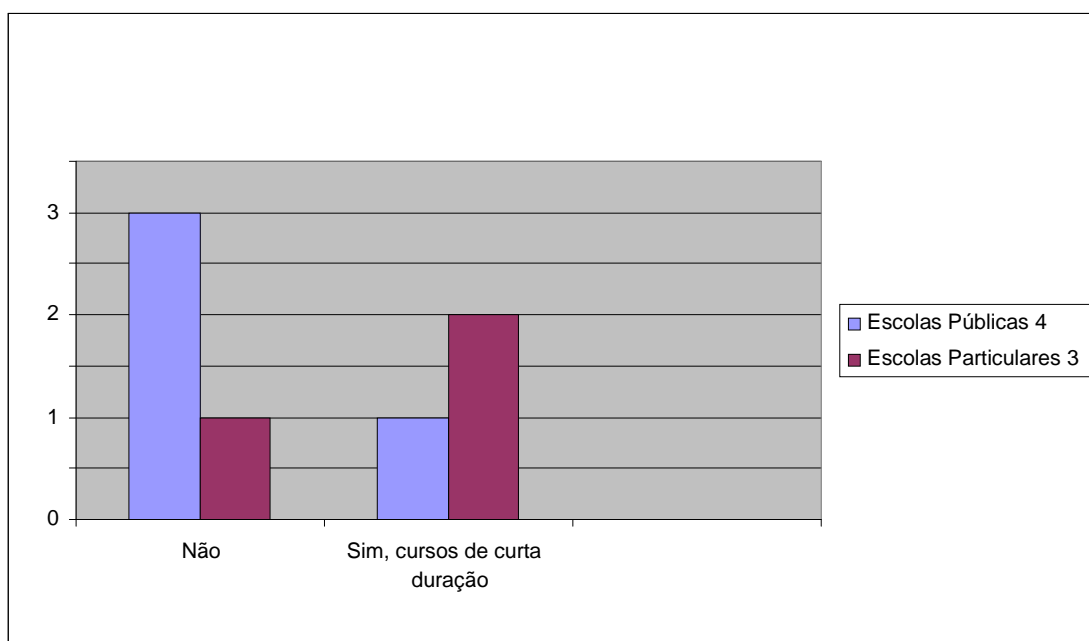


FIGURA 3: Os profissionais da educação recebem formação para o desenvolvimento dessa temática?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Como se pode observar no gráfico acima, das escolas públicas em estudo apenas uma oferece cursos de capacitação para trabalhar a temática ambiental e, ainda assim, de curta duração. O contrário acontece no setor privado, onde somente uma escola não oferece tais cursos, as demais oferecem cursos também de curta duração.

A preparação dos Profissionais da Educação em cursos de curta duração representa importante atualização para que a sociedade educacional se torne mais motivada a assumir um papel de iniciativas para a implementação de políticas em torno dos crescentes agravos ambientais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDB), Art. 67, inciso II aponta para o “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 1996), os profissionais precisam estar bem preparados para entender e transmitir. Nesse contexto, JACOBI (2003) aponta que:

a ênfase deve ser a capacitação para perceber as relações entre as áreas e como um todo, enfatizando uma formação local/global, buscando marcar a necessidade de enfrentar a lógica da exclusão e das desigualdades.

Desse modo, torna-se relevante e necessária a qualificação em temáticas voltadas para o meio ambiente.

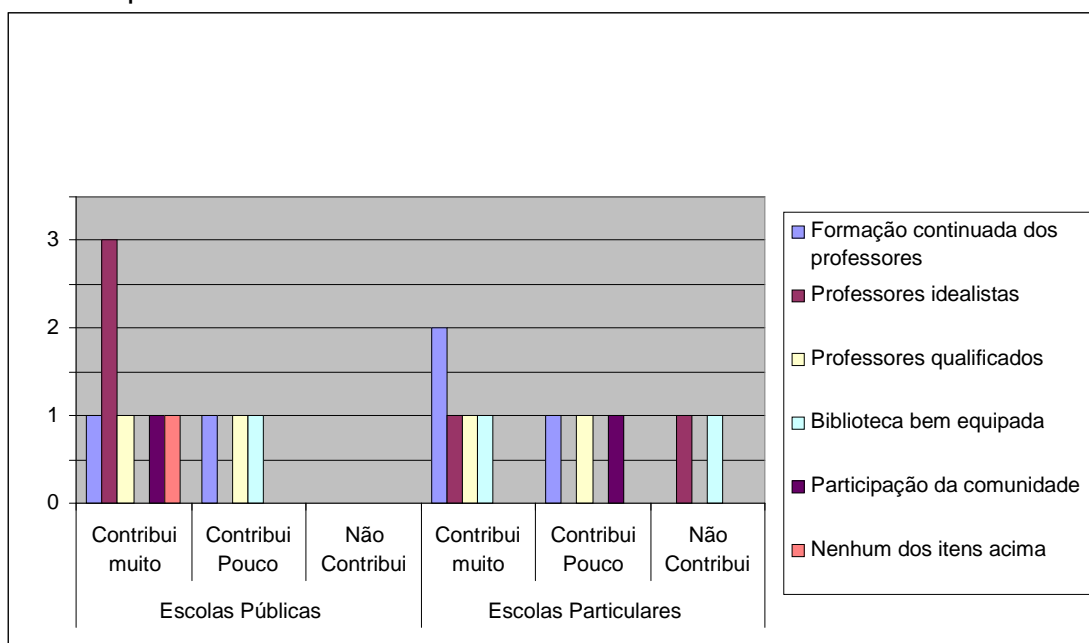


FIGURA 4: Fatores que mais contribuem para a inclusão da EA na escola

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Da análise do gráfico acima, constata-se que o fator mais apontado pelas escolas públicas em estudo como o que mais contribui para a inserção da EA no ambiente escolar é a presença de professores idealistas no quadro de docentes, três escolas públicas apontaram tal fator. Outros aspectos como formação continuada, qualificação de professores e participação da comunidade também foram apontados pelos representantes de uma escola pública como elementos que muito contribuem para a prática de EA.

A presença de docentes idealistas vem sendo destaque na elevação das discussões sobre temáticas ambientais nas escolas. Em uma pesquisa realizada nas escolas de Teresópolis (RJ), constatou-se que o fator que mais contribui para a inserção da EA “é a presença de professores idealistas que atuam como lideranças [...]” (LAMOSA & LOUREIRO, 2011). Este resultado se confirma nas escolas públicas de Uruçui-PI, pois os professores são os principais responsáveis em desenvolver no ambiente escolar uma nova visão de mundo nos estudantes.

Já as escolas privadas apontaram como fatores que muito contribuem para a inclusão da EA no ambiente de sua prática pedagógica a formação continuada dos professores (duas escolas), presença de professores idealistas no quadro docente, que buscam desenvolver práticas de EA com iniciativas próprias (uma escola), qualificação docente (uma escola) e biblioteca bem equipada (uma escola). É relevante destacar que foram apontados como fatores que não têm relevância na implantação da EA nas escolas elementos como Biblioteca bem equipada (uma escola) e professores idealistas (uma escola).

Segundo FAZENDA (2002) citado por QUEIROZ & CARNIATTO (2011) “a **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, N.16; p.2378 2013

formação continuada pode favorecer o desenvolvimento de projetos de trabalho interdisciplinares, compreendendo-se que esta estratégia de ensino se faz por um caminho em que há um constante pensar, questionar e construir o conhecimento para mudanças de certas práticas”. Diante do exposto é importante ressaltar que o estímulo de profissionais, por meio da disponibilidade de capacitação de cursos de formação continuada, favorecem a motivação de interesses antes adormecidos, como a realização de uma aula de campo, aulas extra-curriculares e a prática de visitação a lugares culturais que favorecem a incorporação de novos aprendizados.

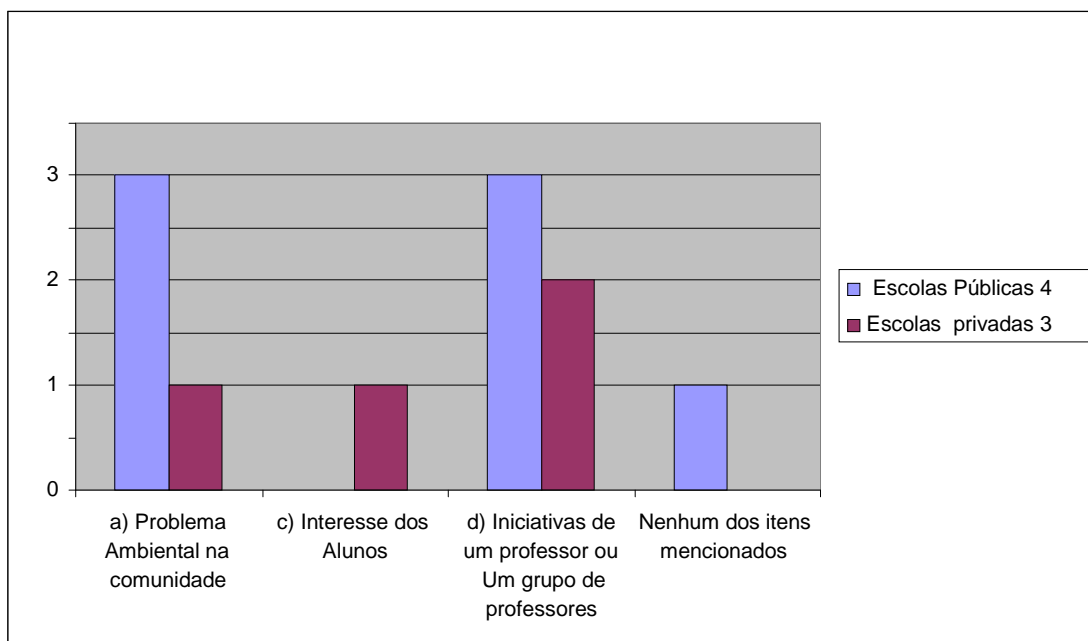


FIGURA 5. Quais os motivos que mais contribuem para incorporação da Educação Ambiental nas Escolas

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Quanto aos motivos que mais contribuem para a incorporação da EA no ambiente escolar, três das escolas públicas apontaram que são devido ao problema ambiental na comunidade e iniciativas de um professor ou grupo de professores, sendo que apenas uma escola desconsiderou os itens em questão. Duas escolas particulares destacaram como motivos para incorporar a EA: iniciativas de um professor ou grupo de professores e uma destas sinalizou ainda como importante o interesse dos alunos. Apenas uma das três escolas particulares colocou como motivo para desenvolver a EA, problema ambiental na comunidade.

Desta forma constatou-se que tanto as escolas públicas como as escolas particulares consideram como relevante a incorporação da EA, iniciativas de professores em abordar a EA no ambiente escolar, pois estes passam mais tempo em contato com os alunos.

Nesta perspectiva os profissionais da educação assumem papel fundamental no desenvolvimento da prática educativa nas Escolas Públicas e Privadas, participando ativamente na incorporação da EA nas Escolas estudadas.

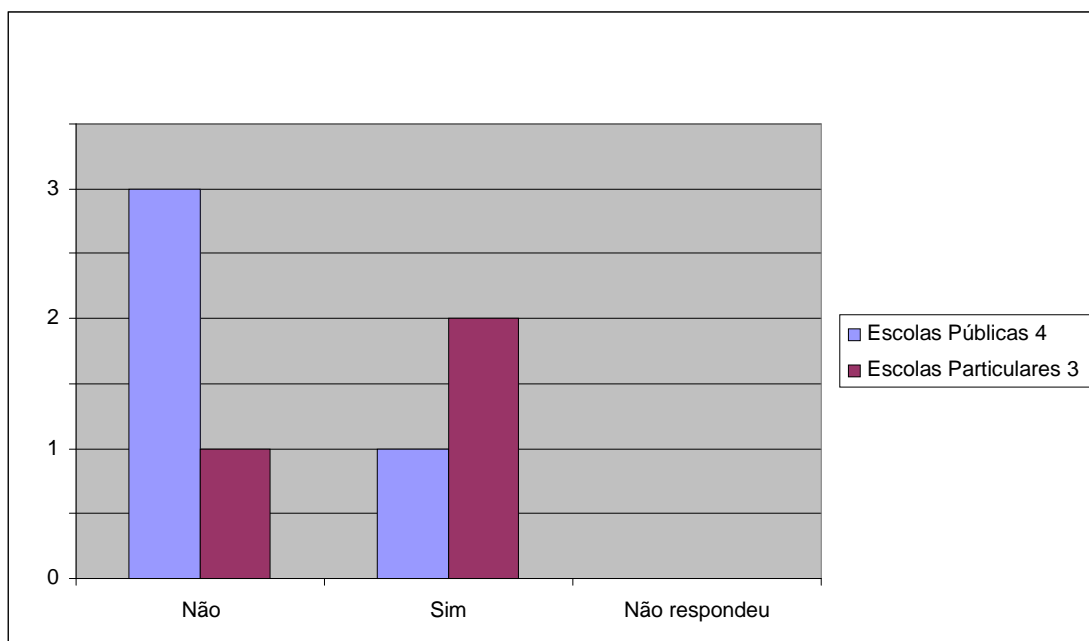


FIGURA 6: A escola possui um sistema de coleta seletiva do lixo?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Quanto à separação do lixo, através de um sistema de coleta seletiva, três escolas públicas apontaram que não possuem nas dependências da escola as lixeiras para separação. O lixo é acondicionado na mesma lixeira, não havendo desta forma tratamento nem destinação adequada dos resíduos produzidos nas escolas. Apenas uma escola pública tem nas suas dependências o sistema apropriado de coleta seletiva para separação dos resíduos produzidos nas dependências da escola.

“O não tratamento do lixo, além de promover o desperdício de material reciclável, como metais, vidro, pano e papel, tem como contrapartida a criação de depósitos inadequados” (SIQUEIRA & MORAES, 2009). Nesta perspectiva o lixo representa riscos à saúde pública, pois a destinação inadequada provoca no ambiente a proliferação de vetores, contaminam o ar com mau cheiro, além de águas superficiais e subterrâneas e podem provocar a poluição do solo. Desta forma a poluição das águas acontece por meio de fenômenos naturais como a lixiviação, percolação, arrastamento, solução, etc. já a poluição do ar, constatam-se efluentes gasosos e particulados emitidos para a atmosfera, provenientes das diversas atividades do homem, que podem ser considerados como lixo (SIQUEIRA & MORAES, 2009).

Nas escolas particulares do total de três escolas pesquisadas, duas escolas possuem o sistema de coleta seletiva para o tratamento do lixo e uma escola não tem as lixeiras por categoria de resíduos para separação em suas dependências. Desta forma é perceptível que as escolas particulares estão mais bem equipadas e preocupadas com a separação no lixo. É fundamental promover a melhoria da qualidade do meio ambiente. É tarefa da sociedade reduzir os impactos produzidos pelo lixo no meio ambiente, desta forma “A sociedade mostra-se sensível ao problema quando reage positivamente ao apelo de participar de programas públicos de coleta seletiva de lixo ou quando toma a iniciativa de promover a separação de materiais” (SIQUEIRA & MORAES, 2009).

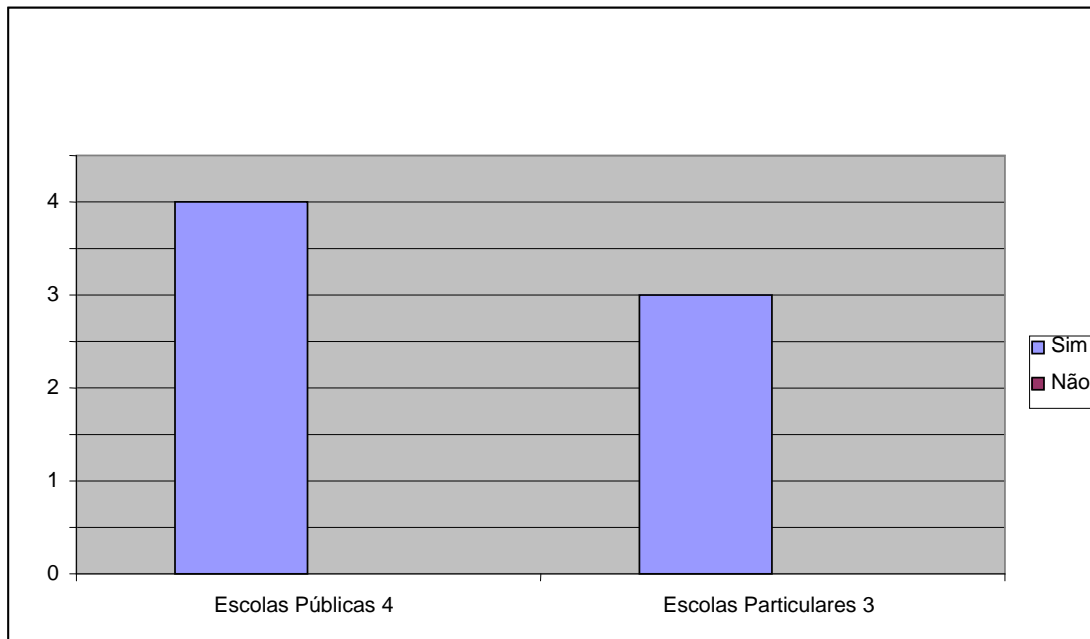


FIGURA 7: A escola já desenvolveu ou desenvolve algum projeto de conscientização ambiental envolvendo diretamente os alunos?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Tanto as escolas públicas quanto as escolas particulares responderam que já desenvolveram ou desenvolvem projetos de conscientização ambiental envolvendo diretamente os alunos. Os projetos desenvolvidos nas escolas pelos professores com alunos, podem trazer ao cotidiano escolar um ambiente de pesquisa e troca de conhecimento, pois para executar um projeto, todas as partes, professores e alunos, precisam estar integrados na operação de conclusão das várias etapas de um projeto, nesta perspectiva:

Promover uma prática de ensino, onde professores e alunos tenham a oportunidade de desenvolver trabalhos de intervenção na realidade e no cotidiano escolar é uma forma de estar ensinando e, ao mesmo tempo, formando professores e alunos pesquisadores/reflexivos; já que ao estar no ambiente escolar, pode-se estar discutindo e refletindo sobre problemáticas que nessa realidade se apresentam, tanto de forma individual (com cada aluno/pesquisador) como coletiva (professores/alunos pesquisadores) (JUSTINA et al, 2005 citado por QUEIROZ & CARNIATTO, 2011)

O ensino, através da implementação de projetos, promove o estímulo à pesquisa que, diante da realidade ambiental atual de degradação do meio ambiente e do intenso consumo de recursos naturais, proporcione uma nova visão nas políticas que privilegiem a responsabilidade e o cuidado com a qualidade de vida no planeta, assim “o principal eixo de atuação da educação ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas” (JACOBI, 2003).

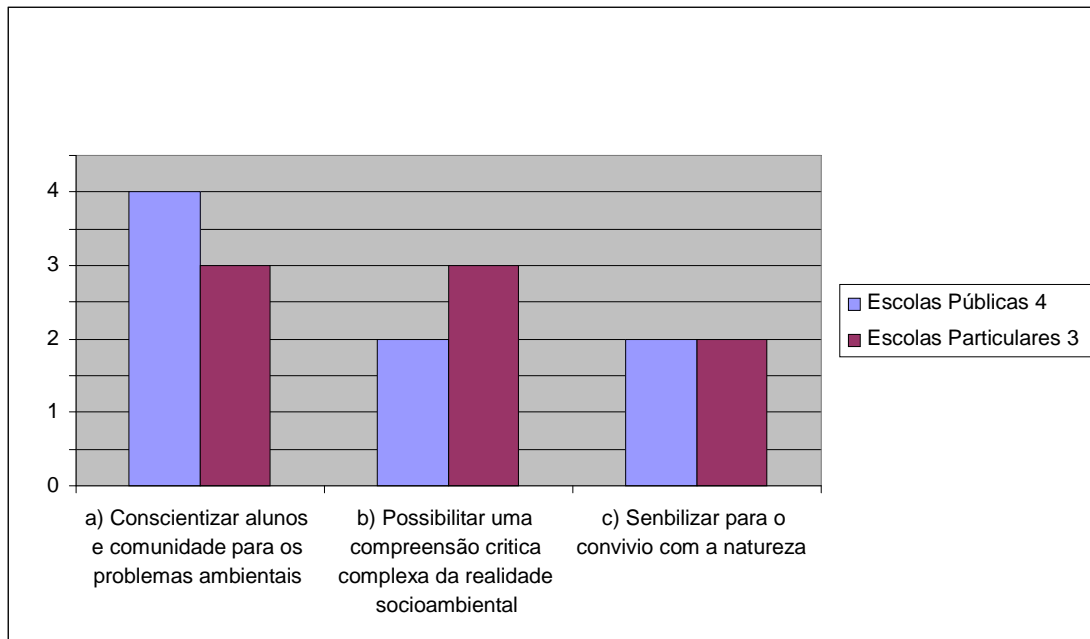


FIGURA 8: Que objetivos prioritários a escola busca alcançar quando aborda a temática ambiental?

Fonte: Pesquisa Direta, 2013

Todas as escolas públicas apontaram como objetivos prioritários quando abordam a EA, conscientizar alunos e comunidade para os problemas ambientais. E das quatro escolas públicas, duas consideram ainda como relevantes possibilitar uma compreensão crítica complexa da realidade socioambiental e sensibilizar para o convívio com a natureza.

Nas escolas particulares, além de considerarem como objetivo prioritário conscientizar alunos e comunidade para os problemas ambientais destacou-se também com igual importância possibilitar uma compreensão crítica complexa da realidade socioambiental e, com menor percentual, sensibilizar para o convívio com a natureza.

Dessa forma é fundamental que as escolas considerem o ambiente local e suas diversas formas na incorporação na didática escolar, por isso a temática ambiental necessita contemplar os problemas locais e buscar estabelecer orientações para solucioná-los, assim como destaca BOVO (2007):

O trabalho com Educação Ambiental deve partir da observação das necessidades de nosso entorno e os interesses pelos problemas locais. Isto, na prática, significa que o educador deve partir da realidade local, estudando as necessidades, os interesses e os problemas vividos e, posteriormente, estabelecer as unidades de aprendizagem integradas, que constituem, basicamente, na seleção de um ou mais temas centrais para sua realização, por exemplo, o problema de escassez da água, o problema do lixo urbano, dos fundos de vales, isso poderá ser pensado nas esferas cognitivas, afetiva, técnica e epistemológica, orientando o professor para ações interdisciplinares ou transversais, valorizando as experiências com a comunidade local.

Sendo assim, o trabalho dos professores pode garantir reflexão da realidade no momento em que estimula alunos a pesquisar e buscar na própria comunidade os problemas que podem afetar a qualidade de vida de seu bairro ou da própria cidade e, ao traçar caminhos na busca de soluções para os problemas detectados

na comunidade local, isso faz com que a comunidade escolar, tendo o verdadeiro conhecimento dos impactos dos problemas ambientais, torne-se envolvido e motivado em propor soluções, portanto as escolas ao preparar seu plano de ação, devem colocar de forma clara seus objetivos a serem alcançados.

CONCLUSÕES

A forma de abordagem da Educação Ambiental no Ensino Fundamental das Escolas Públicas e privadas é predominantemente interdisciplinar, como evidenciado no gráfico apresentado na Figura 1. Observou-se também que as escolas privadas vêm desenvolvendo práticas voltadas para as questões ambientais em períodos bem anteriores às das desenvolvidas pelas Escolas Públicas, mostrando-se mais evoluídas nesse aspecto. Tal avanço pode ser reflexo de questões identificadas na pesquisa que mostram uma maior preocupação das escolas privadas com alguns aspectos que contribuem para um trabalho mais efetivo da temática ambiental, tais como o oferecimento de formação complementar com cursos de curta duração envolvendo o tema, fato que na esfera pública é apontado com pouca frequência.

Na configuração atual das escolas públicas observou-se que o fator mais motivador do desenvolvimento da EA são os problemas ambientais na comunidade local, já na esfera privada destacou-se a iniciativa de professores que defendem a causa.

Pelo exposto, pode-se afirmar que as escolas em estudo apresentam níveis consideráveis de preocupações e ações voltadas para a preservação do meio ambiente. Desse modo, ainda há muito que repensar as formas de se trabalhar efetivamente a Educação ambiental nas Escolas para que os alunos possam desenvolver um sentimento de preocupação tanto com o presente quanto com o futuro do Planeta, possibilitando, assim, uma busca pelo desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

BOVO, M. C. Desenvolvimento da Educação Ambiental na Vida Escolar: avanços e desafios. **Revista Urutágua**, v. 13, p. 1-15, ago./Set./Out./Nov. 2007.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394) Brasília, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de outubro de 1988.

BRASIL, **Lei da Educação Ambiental**, Presidência da Republica, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1999.

ECHEVERRIA, A. R; RODRIGUES, F.M; SILVA, K.R. Educação ambiental em escolas particulares de Goiânia: do diagnostico a proposições sobre formação de professores. **Pesquisa em Educação Ambiental**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 63-86. 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 1989. 206 p.

GUIMARAES, M.; SOARES, A.M.D.; CARVALHO, N.A.; **Educadores ambientais nas escolas: as redes como estratégia**. *Cad. CEDES* [online]. 2009, vl.29, n.77, pp. 49-62. ISSN 0101-3262. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n77/a04v2977.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2013

IBGE. Dados Básicos dos Municípios do Piauí 2010. Disponível em <<http://www.ibge.com.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=221120#>> Acesso em 04 mar. 2013

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cad. Pesqui.* [online]. 2003, n.118, pp. 189-206. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16834.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2013

LAMOSA, R. A. C. e LOUREIRO, C. F. B.. A educação ambiental e as políticas educacionais: um estudo nas escolas públicas de Teresópolis (RJ). *Educ. Pesqui.* [online]. 2011, vl.37, n.2, pp. 279-292. ISSN 1517- 9702. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v37n2/v37n2a05.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2013

LOUREIRO C. F. B. et al. **Repensar a Educação Ambiental: um olhar crítico**. Ed. Cortez – São Paulo, 2009.

LOUREIRO, C. F. B. e CUNHA, C. C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. *Ambient. soc.* [online]. 2008, vl.11, n.2, pp. 237-253. ISSN 1809-4422. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v11n2/v11n2a03.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2013

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios** / Celso Marcatto - Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MOREIRA, P.A.A.M; SILVA; LUZ, M.P. **Educação ambiental na escola: A realidade do setor público e privado – estudo de caso**, Goiânia, 2009.

QUEIROZ AMARAL, A; CARNIATTO, I. Concepções sobre projetos de educação ambiental na formação continuada de professores. *Rev. electrón. investig. educ. cienc.* [online]. 2011, vl.6, n.1, p. 113-123. ISSN 1850-6666. Disponível em: <<http://www.scielo.org.ar/pdf/reiec/v6n1/v6n1a10.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2013

SIQUEIRA, M.M.; MORAES, M.S. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2009, v.14, n.6, pp. 2115-2122. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n6/18.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2013